

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.300 - SP (2019/0118435-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA
ADVOGADOS : RICARDO SORDI MARCHI - SP154127
FABIANA BARBASSA LUCIANO - SP320144
MARIA CAROLINA GASPARINI FIGUEIREDO COSTA -
SP305855
GABRIELA APARECIDA BEORDO E OUTRO(S) - SP412722
EMBARGADO : JOSE CARLOS DIAS JUNIOR
ADVOGADO : GUILHERME MENDONÇA MENDES DE OLIVEIRA -
SP331385

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA em face de decisão monocrática, acostada às fls. 235/239 (e-STJ), da lavra deste signatário, que deu parcial provimento ao recurso especial a fim de excluir a indenização por dano moral.

Inconformada, a ora embargante opõe embargos de declaração (fls. 241/244, e-STJ), no qual alega que "a oposição dos presentes Embargos consiste no fato de que não foram fixados, por ocasião da prolação da r. decisão ora embargada, os parâmetros para atualização e correção dos lucros cessantes, bem como quanto ao termo inicial para incidência de juros, o que pode ensejar, em fase de cumprimento de sentença, divergências nos cálculos que possivelmente serão apresentados pelas partes".

Sem impugnação.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Como se sabe, os embargos de declaração são cabíveis apenas quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição, obscuridade ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015). Não é, portanto, o recurso cabível para as partes manifestarem a sua irresignação com o resultado do julgamento que lhes foi desfavorável.

Como bem esclarecido por este Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos EDcl no AgRg na AR 4471/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 03/09/2015, *"a interposição do recurso de embargos de declaração não pode se dar exclusivamente por dever funcional, é necessário que o embargante verifique com seriedade se efetivamente estão presentes os requisitos que permitem o manuseio do recurso, quais sejam: omissão, obscuridade, contradição ou erro material. A ausência dessa verificação evidencia o caráter protelatório do recurso, a exigir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC"*.

Nesse mesmo sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO (ART. 535 DO CPC) OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. INCOMPATIBILIDADE. NATUREZA INTEGRATIVA DO RECURSO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são inviáveis se a parte não demonstra

a ocorrência de obscuridade, contradição ou omissão, a teor das disposições do art. 535 do CPC, ou ainda erro material no julgado.

(...)

3. Quando a parte, a pretexto de sanar supostos vícios no *decisum* questionado, tem por objetivo promover o reexame de matéria já decidida, evidencia-se seu inconformismo com o resultado do julgamento da causa, o que não justifica o manuseio dos embargos de declaração, que, servindo para esclarecer ou aprimorar a decisão, não se prestam ao simples propósito de sua modificação, o que é incompatível com a natureza integrativa desse recurso.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1428903/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA ESPECIAL, julgado em 17/03/2015, DJe 29/03/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. NÃO CONFIGURAÇÃO. JULGADO FUNDADO NA ANÁLISE DE FATOS E PROVAS. NOVO REJULGAMENTO DA CAUSA EM RESCISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO DE ÍNDOLE RESTRITA. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Os embargos de declaração não se prestam para sanar o inconformismo da parte com o resultado desfavorável no julgamento ou para rediscutir matéria já decidida. Logo, o seu não acolhimento, quando manejados nesses termos, não acarreta ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil.

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 450787/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/04/2014, DJe 26/05/2014) [grifou-se]

Na espécie, o *decisum* embargado contém fundamentação **suficiente** para justificar o parcial provimento do apelo. Relativamente à alegação de que "a oposição dos presentes Embargos consiste no fato de que não foram fixados, por ocasião da prolação da r. decisão ora embargada, os parâmetros para atualização e correção dos lucros cessantes, bem como quanto ao termo inicial para incidência de juros, o que pode ensejar, em fase de cumprimento de sentença, divergências nos cálculos que possivelmente serão apresentados pelas partes", observa-se que não foi suscitada nas razões do recurso especial, tratando-se de inovação recursal trazidas nos aclaratórios, razão pela qual não cabe pronunciamento desta Corte a respeito da matéria.

Assim, não havendo omissão, obscuridade ou contradição, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos.

2. Do exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator